

Um roteiro para a recuperação

O governo não quer criar uma recessão, até porque isso poderia afugentar os investidores de longo prazo, os mais importantes para os objetivos do Plano Real, disse o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros. Não se trata, obviamente, de mera argumentação para tranquilizar o público nacional. Interessa ao governo, sim, esfriar a economia a curto prazo, para uma retomada a partir do segundo trimestre do próximo ano. Uma política de severa austeridade, aplicada a partir de agora, deverá servir para mostrar ao aplicador estrangeiro, arredio neste momento, que o Brasil continua seguro e com boas perspectivas de crescimento.

Se a mensagem for percebida com clareza, e se não houver um desastre maior no mercado internacional, será possível obter, a curto prazo, o financiamento necessário para equilibrar o balanço de pagamentos, sem uma sangria muito intensa de reservas cambiais. Dada essa condição, a retomada poderá ocorrer com razoável rapidez. Isto faz sentido não só do ponto de vista da administração da economia, mas também, como pode perceber qualquer observador, governista ou não, do ponto de vista de uma estratégia eleitoral, em-

bora o presidente não esteja pensando nisso no momento. Pode-se interpretar literalmente a comparação apresentada por Mendonça de Barros: 1998 poderá ser muito parecido com 1996, com recuperação a partir do segundo trimestre e um segundo semestre bem melhor que o primeiro. Nesse caso, os indicadores de negócios, na segunda metade do ano, já apontarão para uma atividade mais intensa em 1999. O aperto fiscal anunciado segunda-feira tem como objetivo central, como indicou o secretário de Política Econômica, compensar o aumento de gastos com juros e a perda de receita com a menor atividade. Mas poderá sobrar, feito o balanço, um ajuste maior que o programado antes da crise. No mínimo, o governo terá feito alguns cortes duradouros e politicamente difíceis em condições normais. Terá havido, portanto, um avanço na direção correta, e também isso, provavelmente, será contado como um ponto positivo pelos investidores internacionais. O esforço já anunciado por alguns governadores, como resposta ao pacote apresentado pelo

presidente da República, deverá contribuir para o acerto global das contas públicas. É difícil imaginar que outros governadores não sejam levados, também, a um esforço de arrumação administrativa e financeira. Difícilmente algum Estado ficará imune aos efeitos do esfriamento econômico, nos próximos meses, e nenhum governador com algum bom senso deverá esperar socorro do governo federal.

A equipe econômica ainda poderá rever pontos do pacote. Alguns aspectos permanecem obscuros e outros podem ser melhorados. A ação do governo, de modo geral, ocorreu a tempo e está orientada de forma correta. Deve ser apoiada, portanto, mas não só por isso. A importância política do pacote não é apenas interna — e este deve ser o ponto mais óbvio. O objetivo mais urgente é garantir o dinheiro necessário para cobrir o déficit em conta corrente e a dívida que vence a partir deste fim de ano. Neste ano, só o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos pode ficar perto de US\$ 35 bilhões. Boa parte da cobertura já foi feita e as

contas deste ano devem ser fechadas sem maior dificuldade. No próximo ano, o déficit com certeza será menor, mas, ainda assim, o financiamento necessário será de um volume respeitável. Poderá haver, de imediato, alguma dificuldade para rolar dívidas que estão vencendo, e isso queimará um pouco de reservas. Isso não deve preocupar, se for possível, em pouco tempo, reverter a tendência. Quanto mais clara for a política de ajuste, e mais

Se a crise internacional não se alongar, a retomada poderá começar no segundo trimestre

firme a aplicação, mais fácil deve ser a renovação de créditos ao setor privado, mais próximo será o retorno do governo ao mercado de bônus e mais prontamente poderá restabelecer-se o fluxo de investi-

mentos. Ao mesmo tempo, maior será a segurança para a redução dos juros, altos demais, neste momento, não só para consumidores e empresas, mas também para o setor público. Superar esta fase com rapidez não é interesse apenas do governo. Só um irresponsável oportunismo eleitoral pode impedir alguém de concordar com isso.